

Acordo com credores foi ruim, diz estudo

Maurício Bacellar

Da Sucursal

Rio — O acordo sobre os Cr\$ 8,4 bilhões de juros da dívida externa atrasados, que o País firmou este mês, divulgado como, um bom negócio para o Brasil, esconde na verdade uma série de tropeços e erros estratégicos do Governo durante todo o período de negociações que, se evitados, resultariam em benefícios maiores do que o obtido nesta primeira fase das conversas. O coordenador do Núcleo de Estudos de Economia Internacinal da UFRJ, Reinaldo Gonçalves, fez um estudo sobre todos os passos em falso do Governo nas negociações, como o fato de ter apresentado aos credores a proposta de negociação em outubro de 1990, justo quando o Plano Collor fazia

água e a inflação assumia uma tendência altista.

Este estudo, intitulado "Collor e a dívida externa: o jogo dos sete erros", assinala como primeiro erro o fato de o Governo não ter apresentado uma proposta aos banqueiros internacionais logo no início de seu mandato, aproveitando o clima político favorável e a expectativa positiva em torno das medidas econômicas adotadas. O governo Collor não fez isto porque não tinha nenhuma estratégia ou proposta concreta em relação à dívida externa. Isto fica claro quando se avalia a transformação do discurso do Presidente, desde a campanha até a posse. No período eleitoral, Collor garantia que ia tirar o aval do Tesouro Nacional, para que estatais, empresas pri-

vadas, estados e municípios negociassem individualmente.

Na véspera da posse a decisão do então presidente eleito era a de extinguir o comitê assessor. Depois da posse, Collor resolve manter o aval do Tesouro e a centralização da negociação, e reconhecer o comitê assessor. O Governo então comete um erro tático. Com o objetivo de diluir a influência dos bancos americanos no comitê, defendeu a ampliação dos seus membros, de 16 para 22. O tiro saiu pela culatra, porque entraram bancos japoneses, que mostraram posições mais duras do que se imaginava.

O segundo erro do governo Collor foi ter apresentado a proposta de negociação em outubro, quando o seu plano econômico já mostrava que não merecia tanta confiança. As expectativas inflacionárias assumiam uma trajetória ascendente, pouco antes de o Brasil levar seu pleito aos credores. De agosto para setembro, a taxa do over pulou de 11,50 por cento para 15,2 por cento. "Já que ficou tanto tempo sem negociar, o Governo devia ter retardado um pouco mais as conversas, em função do ambiente econômico", opina Reinaldo Gonçalves.

A fraqueza frente às pressões internacionais foi o terceiro tropeço do governo Collor. Como sempre acontece, os representantes da comunidade financeira internacional elogiam os programas de ajuste econômico e, com o passar do tempo, à medida que estes programas perdem força, começam a exercer pressões sobre o Governo. Em maio, os bancos solicitaram às instituições internacionais que não mais prestassem recursos ao Brasil, enquanto não pagasse os juros atrasados. No mesmo mês, o Eximbank dos Estados Unidos exigia o pagamento da dívida ameaçando cortar financiamentos. A partir de junho, os bancos falavam em cancelar as linhas de curto prazo de sustento ao comércio exterior do País, para falar apenas em algumas formas de pressão.

Em outubro, o Governo apresenta uma proposta envolvendo a dívida externa do setor público junto aos bancos internacionais. Foi rejeitada na íntegra pelos banqueiros. Nas semanas seguintes o Governo brasileiro, abalado pelo fracasso da política econômica interna e pela deterioração da sua credibilidade, mostra falta de força para resistir às pressões.

Dados indicam superávit fiscal

Mês	Importação	Reserva Cambial	Superávit Fiscal
Mar./91.....	1,525 bi.....	8,57 bi (*).....	23,002 milhões
Fev./91.....	1,264 bi.....	8,60 bi.....	7,199 mi
Jan./91.....	1,614 bi.....	8,53 bi.....	12,663 mi
Dez./90.....	1,807 bi.....	8,75 bi.....	20,871 mi
Nov./90.....	2,246 bi.....	7,64 bi.....	11,418 mi
Out./90.....	2,102 bi.....	8,21 bi.....	40,103 mi
Set./90.....	1,880 bi.....	8,62 bi.....	190,897 mi
A g o . / 9 0 .	2,009 bi.....	8,58 bi.....	197,056 mi
Jul./90.....	1,640 bi.....	8,11 bi.....	184,183 mi
Jun./90.....	1,352 bi.....	7,78 bi.....	176,817 mi
Mai./90.....	1,503 bi.....	7,58 bi.....	324,272 mi
Abr./90.....	1,334 bi.....	6,84 bi.....	293,200 mi

Fonte: Departamento de Comércio Exterior, Banco Central e Departamento do Tesouro Nacional. (*) Dado oficioso do Banco Central. Obs: Todos os dados estão em dólares.